

QUESTÕES OBJETIVAS

Item 01	Valor: 0,5
<p>O poder familiar é um conjunto de direitos e deveres atribuídos aos pais em relação aos seus filhos, garantindo o cuidado, a educação, a proteção e o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes. No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são estabelecidas algumas regras e princípios que regem o exercício do poder familiar. Um profissional da área pode se deparar com diversas situações relacionadas a esse tema em seu trabalho. Por exemplo, em um caso de divórcio, é necessário definir a guarda dos filhos e as responsabilidades de cada um dos pais. Além disso, em situações de negligência ou abuso, é preciso intervir para garantir a proteção da criança ou adolescente.</p>	
<p>Considerando o tema do poder familiar no ECA, analise as afirmativas a seguir:</p>	
<p>I O poder familiar é exercido apenas pelos pais biológicos da criança ou adolescente.</p> <p>II Em casos de divórcio, a guarda compartilhada é sempre a melhor opção para garantir o desenvolvimento saudável da criança ou adolescente.</p> <p>III Os pais têm o direito de impor castigos físicos moderados aos filhos como forma de disciplina.</p> <p>De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, sobre o poder familiar, está correto o que se afirma em:</p> <p>A - I, apenas. B - II, apenas. C - III, apenas. D - I e II, apenas. E - Nenhuma das alternativas.</p>	

GABARITO: D

Item 02	Valor: 0,5
<p>O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece medidas pertinentes aos pais e responsáveis, visando garantir a proteção e o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes. Uma situação que um profissional da área poderá vivenciar é a de um adolescente que está sofrendo violência doméstica por parte de seus pais. Nesse caso, o profissional deve orientar o adolescente a buscar ajuda e denunciar a situação aos órgãos competentes, como o Conselho Tutelar e a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente. Além disso, é importante que o profissional acompanhe o adolescente durante todo o processo, oferecendo suporte emocional e encaminhando-o para serviços de assistência social e psicológica.</p>	
<p>I - O ECA prevê que os pais ou responsáveis que praticarem violência doméstica contra crianças e adolescentes podem perder o poder familiar.</p> <p style="text-align: center;">PORQUE</p> <p>II - A denúncia de violência doméstica contra crianças e adolescentes deve ser feita exclusivamente pelos profissionais da área da saúde.</p>	

Ante o exposto, pode-se afirmar que:

A - As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

B - As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

C - A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

D - A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

GABARITO: C

Item 03		Valor: 0,5
<p>O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma legislação que visa garantir os direitos e a proteção das crianças e dos adolescentes. No contexto do trabalho, é fundamental que os profissionais estejam cientes das normas e diretrizes estabelecidas pelo ECA. Um estudo de caso que exemplifica essa situação é o seguinte: um assistente social é responsável por acompanhar um adolescente em situação de vulnerabilidade social que está em busca de inserção no mercado de trabalho. Nesse contexto, é necessário que o profissional conheça as medidas de profissionalização e proteção do trabalho previstas no ECA.</p> <p>Considerando as medidas de profissionalização e proteção do trabalho previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), analise as afirmativas a seguir:</p> <p>I O ECA estabelece que o trabalho do adolescente deve ser protegido, garantindo condições adequadas de saúde, segurança e higiene no ambiente de trabalho.</p> <p>II De acordo com o ECA, é permitido o trabalho noturno para adolescentes a partir dos 16 anos, desde que seja respeitada a carga horária máxima de 6 horas diárias.</p> <p>III O ECA prevê que o adolescente em situação de trabalho deve ter acesso à educação, sendo obrigatória a matrícula e frequência escolar.</p>		
<p>Ante o exposto, está correto o que se afirma em: A</p> <p>- I, apenas.</p> <p>B - II, apenas.</p> <p>C - III, apenas.</p> <p>D - I e II, apenas.</p> <p>E - I, II e III.</p>		

GABARITO: E

Item 04		Valor: 0,5
<p>Em um contexto real de trabalho, um profissional da área de assistência social pode se deparar com a necessidade de lidar com entidades de atendimento, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essas entidades são instituições que têm como objetivo acolher crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, oferecendo-lhes proteção, cuidado e oportunidades de desenvolvimento. Para compreender melhor esse tema, considere o seguinte estudo de caso:</p>		
<p>De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, qual das afirmativas a seguir está correta em relação às entidades de atendimento?</p>		
<p>I As entidades de atendimento podem ser públicas ou privadas, desde que estejam regularmente cadastradas nos órgãos competentes e atendam aos requisitos estabelecidos pela legislação. Essas entidades devem oferecer condições adequadas de infraestrutura, equipe técnica qualificada e programas de atendimento que promovam o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.</p>		
<p>II As entidades de atendimento são responsáveis por garantir o direito à convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes acolhidos. Para isso, devem buscar, prioritariamente, a reintegração familiar ou, na impossibilidade, a colocação em família substituta, por meio de adoção ou guarda. O acolhimento institucional deve ser uma medida excepcional e temporária.</p>		
<p>III As entidades de atendimento devem promover a participação das crianças e adolescentes acolhidos na vida da comunidade, estimulando sua autonomia e protagonismo. Para isso, é fundamental que essas entidades ofereçam espaços de escuta e diálogo, oportunidades de participação em atividades culturais, esportivas e educacionais, além de apoio psicossocial e acompanhamento individualizado.</p>		
<p>De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, está correto o que se afirma em:</p> <p>A - I, apenas. B - II, apenas. C - III, apenas. D - I e II, apenas. E - I, II e III.</p>		

GABARITO: E

Item 05		Valor: 0,5
<p>O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma legislação brasileira que estabelece os direitos e deveres das crianças e adolescentes. Ele foi criado em 1990 e é considerado um marco na proteção e promoção dos direitos infanto-juvenis. O ECA tem como princípios gerais a prioridade absoluta, a proteção integral, a participação e o respeito à dignidade da criança e do adolescente. Além disso, o estatuto estabelece diretrizes para a garantia dos direitos, como o direito à vida, à saúde, à educação, à convivência familiar e comunitária, entre outros. Estudo de caso: Um assistente social que atua em um abrigo para crianças e adolescentes recebe a informação de que um dos adolescentes está sofrendo violência física por parte de um dos funcionários do abrigo. O profissional precisa tomar providências para garantir a proteção do adolescente e a responsabilização do agressor, seguindo as diretrizes do ECA.</p>		
<p>I - O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece a prioridade absoluta como um dos princípios gerais,</p>		

garantindo que a proteção e o bem-estar da criança e do adolescente sejam priorizados em todas as ações e decisões.

PORQUE

II - A prioridade absoluta é um princípio fundamental do ECA, pois reconhece que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e devem ser protegidos de qualquer forma de violência, negligência, exploração e discriminação.

Ante o exposto pode-se afirmar que:

A - As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

B - As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

C - A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

D - A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

E - As asserções I e II são proposições falsas.

GABARITO: A

Item 06	Valor: 0,5
<p>O Conselho Tutelar é um órgão fundamental para garantir a proteção e os direitos das crianças e dos adolescentes, conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ele atua de forma autônoma e possui atribuições como receber denúncias de violações de direitos, aplicar medidas de proteção, encaminhar casos para a Justiça, entre outras. Sua atuação é de extrema importância para garantir a efetivação dos direitos infanto-juvenis.</p>	
<p>De acordo com o texto, o Conselho Tutelar deve:</p>	
<p>A - realizar ações de fiscalização e punição aos responsáveis legais pelas violações de direitos B - atuar apenas em casos de violência física contra crianças e adolescentes C - aplicar medidas socioeducativas aos jovens em conflito com a lei D - encaminhar todos os casos de violação de direitos para a Justiça E - receber denúncias de violações de direitos e aplicar medidas de proteção</p>	

GABARITO: E

Item 07	Valor: 0,5
<p>No contexto do trabalho de um profissional da área da infância e adolescência, é comum se deparar com situações relacionadas à guarda e adoção de crianças e adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece diretrizes e normas para esses processos, visando garantir o bem-estar e os direitos desses indivíduos. Um estudo de caso ilustrativo envolve um casal que deseja adotar uma criança, mas a mãe biológica não concorda com a adoção. Nesse contexto, é importante conhecer as disposições do ECA sobre a</p>	

guarda e adoção.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a alternativa correta em relação às afirmativas sobre guarda e adoção:

I A guarda compartilhada é a modalidade mais adequada para garantir o pleno desenvolvimento da criança, pois permite a participação ativa de ambos os genitores em sua vida.

II A adoção é um processo irreversível, uma vez que a criança ou adolescente adotado não pode retornar à família biológica, mesmo que essa manifeste interesse posteriormente.

III A guarda provisória é uma medida excepcional e temporária, aplicada apenas em casos de risco iminente à integridade física ou psicológica da criança ou adolescente.

Posto isto, está correto o que se afirma em:

A - I, apenas.

B - II, apenas.

C - III, apenas.

D - I e III, apenas.

E - I, II e III.

GABARITO: D

Item 08		Valor: 0,5
<p>O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma legislação que estabelece os direitos e deveres das crianças e adolescentes no Brasil. Dentre esses direitos, estão garantidos o acesso à educação, ao esporte e ao lazer. O ECA reconhece a importância dessas áreas para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, promovendo o seu pleno desenvolvimento físico, mental, social e emocional. Um profissional da área, como um educador físico, por exemplo, pode vivenciar uma situação em que precisa assegurar o direito à prática esportiva e ao lazer de crianças e adolescentes em um contexto real de trabalho. Imagine que esse profissional atue em uma escola pública e perceba que alguns alunos não têm acesso a atividades esportivas e de lazer fora do ambiente escolar. Ele pode, então, propor a criação de um projeto que ofereça essas oportunidades, seja por meio de parcerias com instituições esportivas locais, seja por meio da utilização de espaços públicos disponíveis.</p>		
<p>I - O Estatuto da Criança e do Adolescente garante o direito à educação, ao esporte e ao lazer para crianças e adolescentes.</p>		
<p>PORQUE</p>		
<p>II - Esses direitos são fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.</p>		
<p>Assim, pode-se afirmar que:</p>		
<p>A - As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.</p> <p>B - As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.</p> <p>C - A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.</p> <p>D - A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.</p> <p>E - As asserções I e II são proposições falsas.</p>		

GABARITO: A

QUESTÕES DISCURSIVAS

Item 01	Valor: 0,5
<p>O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece diretrizes fundamentais para a proteção e o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes no Brasil. No contexto do ECA, o poder familiar desempenha um papel central.</p> <p>Ante o exposto, discorra sobre a conceituação do poder familiar, suas atribuições, limitações e importância da atuação dos pais ou responsáveis legais em consonância com os princípios do estatuto.</p> <p>Além disso, explique como o ECA prevê a intervenção do Estado nos casos em que o poder familiar é exercido de maneira caseira, garantindo o bem-estar das crianças e dos adolescentes.</p>	

Padrão de Resposta :

O poder familiar, no âmbito do ECA, diz respeito ao conjunto de direitos e deveres conferidos aos pais ou responsáveis legais em relação às crianças e adolescentes. Esse instituto reconhece a importância da família como núcleo fundamental para o desenvolvimento saudável e integral dos jovens. Contudo, o poder familiar não é absoluto. A intervenção do Estado, nesses casos, busca garantir o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, norteador das decisões relacionadas ao poder familiar. O ECA estabelece atuação de equipes multidisciplinares como Conselho Tutelar e órgãos afins para avaliar situações de risco e decidir a aplicação de medidas protetivas adequadas, assegurando que os direitos das crianças e adolescentes prevalecerão diante de conflitos do poder familiar.

Item 02	Valor: 0,5
<p>O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) representa um marco importante na garantia dos direitos e na proteção das crianças e dos adolescentes no Brasil.</p> <p>Nesse contexto, aborde a temática da profissionalização e proteção do trabalho desses indivíduos, conforme previsto no ECA. Explique de que forma o estatuto aborda a possibilidade de trabalho para os adolescentes, quais são as condições protegidas e como se dá a proteção e a proteção contra o trabalho infantil.</p> <p>Complementando, discorra a proteção dessas medidas na promoção do desenvolvimento saudável e da aprendizagem das crianças e dos adolescentes.</p>	

Padrão de Resposta :

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reconhece a importância da profissionalização e, ao mesmo tempo, estabelece salvaguardas para proteger os direitos e o bem-estar das crianças e adolescentes na relação ao trabalho. De acordo com o ECA, a atividade laboral para adolescentes é admitida a partir dos 14 anos em atividades compatíveis com o seu desenvolvimento físico, mental, psicológico e social, na condição de aprendiz desde que não prejudique a sua formação integral e seja assegurada a sua proteção.

Item 03		Valor: 0,5
<p>O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é reconhecido por estabelecer direitos fundamentais que visam garantir o desenvolvimento integral e saudável das crianças e dos adolescentes. No contexto do ECA, aborda-se de que forma são tratados os direitos à educação, ao esporte e ao lazer.</p> <p>Descreva as principais disposições do estatuto relacionadas a cada um desses direitos, destacando a importância de sua efetivação para o crescimento pleno das novas gerações.</p> <p>Ademais, apresente como a promoção desses direitos contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.</p>		

Padrão de Resposta :

No que diz respeito à educação, o ECA estabelece que a criança e o adolescente têm o direito à igualdade de acesso e permanência na escola, garantindo a qualidade do ensino e o pleno desenvolvimento de suas potencialidades. Quanto ao esporte e ao lazer, o ECA reconhece a importância do acesso a atividades físicas e recreativas como um direito fundamental para o desenvolvimento saudável e a socialização das crianças e adolescentes. Dessa forma, o ECA contribui para a formação de hábitos saudáveis desde a infância, combatendo o sedentarismo e fomentando a interação entre os jovens. A promoção desses direitos não apenas assegura o crescimento saudável das crianças e adolescentes, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Item 04		Valor: 0,5
<p>O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece diretrizes importantes no que diz respeito à guarda e adoção de crianças e adolescentes.</p> <p>Discorra sobre as principais provisões do ECA relacionadas a esses temas.</p> <p>Explique os conceitos de guarda e adoção, destacando a diferença entre eles.</p> <p>Em adição, aborde como o estatuto prioriza o interesse superior da criança e do adolescente ao tratar essas questões, bem como os procedimentos legais e critérios para a concessão da guarda e realização da adoção.</p>		

Padrão de Resposta :

A guarda, conforme previsto no ECA, é a responsabilidade conferida a alguém para cuidar, proteger e assistir a criança ou adolescente. Ela pode ser concedida aos pais, aos parentes próximos ou a terceiros aptos a garantir o bem-estar do menor. A adoção é um ato jurídico que estabelece um novo vínculo de filiação, de forma definitiva, entre uma criança ou adolescente e uma família que não possui vínculos biológicos. Os procedimentos legais, análises criteriosas de envolvimento, estimativas psicossociais e

acompanhamento das partes envolvidas para concessão da guarda e realização da adoção são controlados pelo ECA. Em resumo, o ECA consolida as bases legais para as questões de guarda e adoção, reafirmando a importância de promover o bem-estar e o desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes, garantindo-lhes a oportunidade de crescerem em um ambiente seguro e inspirado ao seu desenvolvimento.

Item 05		Valor: 0,5
<p>O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) visa não apenas à proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, mas também ao seu acesso efetivo à justiça.</p> <p>Ante exposto, discorra sobre como o ECA aborda a questão do acesso à justiça para esse público, considerando as medidas específicas previstas no estatuto.</p> <p>Aborde a importância da participação das crianças e dos adolescentes nos processos judiciais que os envolvem, bem como a atuação dos órgãos e instituições responsáveis por garantir e promover esse acesso.</p> <p>Além disso, explique como o ECA contribui para a construção de um sistema jurídico mais inclusivo e sensível às necessidades das crianças e adolescentes.</p>		

Padrão de Resposta:

O ECA preconiza a participação ativa das crianças e dos adolescentes nos processos que os envolvem, garantindo-lhes o direito de serem ouvidos e expressarem suas opiniões. Isso é especialmente relevante em casos de guarda, adoção, medidas de proteção e conflitos familiares, nos quais o estatuto busca assegurar que os direitos dos menores sejam respeitados de forma prioritária. O ECA reforça a ideia de que o acesso à justiça não deve ser uma mera formalidade, mas sim uma oportunidade para que as vozes das crianças e adolescentes sejam ouvidas e consideradas, confiantes para a construção de um sistema jurídico mais sensível, humano e comprometido com o desenvolvimento saudável dessa parcela da população.

Item 06		Valor: 0,5
<p>O Conselho Tutelar é uma peça fundamental no sistema de proteção e promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).</p> <p>Explique o papel e as atribuições do Conselho Tutelar de acordo com o ECA, abordando como ele atua na defesa dos direitos dos menores em situações de risco ou violação.</p> <p>Complementando, discorra sobre o Conselho Tutelar na rede de proteção e sobre como sua atuação contribui para a garantia de um ambiente mais seguro e adequado para o desenvolvimento da infância e da adolescência.</p>		

Padrão de Resposta :

As atribuições do Conselho Tutelar, conforme estabelecidas pelo ECA, são diversas e abrangentes. Ele atua na recepção e análise de denúncias de violação de direitos, como abuso, negligência, exploração e violência. Além disso, o Conselho Tutelar exerce um papel preventivo, orientando famílias e comunidades sobre a promoção do bem-estar dos menores. Em situações de risco, o Conselho Tutelar pode aplicar

medidas de proteção, como encaminhamento a programas assistenciais ou acionamento das autoridades judiciais. A figura do Conselho Tutelar na rede de proteção é incontestável, auxiliando na conscientização das famílias e na prevenção de situações de risco, além de atuar de maneira ágil e eficaz em situações emergenciais, intervindo, para garantir a integridade física, emocional e psicológica das crianças e adolescentes.

Item 07	Valor: 0,5
<p>O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é alicerçado em princípios gerais e diretrizes que norteiam sua aplicação e a proteção dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil.</p> <p>Posto isto, explique de forma detalhada quais são esses princípios e diretrizes presentes no ECA, destacando a importância de cada um.</p> <p>Ademais, discorra sobre como esses princípios originaram para a criação de um ambiente incentivado ao desenvolvimento saudável, à igualdade e à participação ativa das crianças e adolescentes na sociedade.</p>	

Padrão de Resposta:

Um dos princípios fundamentais do ECA é o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. Esse princípio direciona todas as decisões e ações em relação a eles, buscando garantir que todas as medidas tomadas estejam voltadas para o bem-estar e o desenvolvimento saudável dos menores, levando em consideração suas opiniões e necessidades. Além disso, o ECA estabelece o princípio da prioridade absoluta, que confere às crianças e adolescentes prioridade em receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias. O princípio da dignidade humana, outro pilar do ECA, reconhece que todas as crianças e adolescentes têm direito a serem tratados com respeito e consideração, sem qualquer forma de denúncia, abuso ou exploração

Item 08	Valor: 0,5
<p>O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece medidas socioeducativas para lidar com a prática de atos infracionais por parte de adolescentes.</p> <p>Em face do exposto, explique o que são atos infracionais segundo o ECA e discuta sobre as medidas socioeducativas previstas no estatuto.</p> <p>Conjuntamente, aborde a importância de medidas na ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei, bem como na prevenção da reincidência. Apresentando também como o ECA busca equilibrar a responsabilização dos adolescentes com a proteção de seus direitos fundamentais.</p>	

Padrão de Resposta:

Os atos infracionais, no contexto do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), correspondem a condutas praticadas por adolescentes que configuram ilustres representados aos crimes cometidos por adultos. O estatuto prevê medidas socioeducativas como resposta à prática de atos infracionais por parte dos adolescentes. Essas medidas têm como objetivo promover a ressocialização, a educação e a formação

dos jovens, ao mesmo tempo que buscam prevenir a reincidência, adotando uma abordagem diferenciada para lidar com a prática de atos infracionais por adolescentes, buscando a ressocialização e a educação, e considerando a necessidade de equilibrar a responsabilidade com a proteção de seus direitos. visando a promoção da justiça e da construção de um futuro mais promissor para esses jovens.

Item 09		Valor: 0,5
<p>O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece diretrizes e responsabilidades claras para os pais e responsáveis em relação à proteção e ao desenvolvimento de crianças e adolescentes.</p> <p>Em vista disso, detalhe quais são as principais medidas pertinentes aos pais e responsáveis, de acordo com o ECA.</p> <p>Aborde também como o estatuto promove a garantia dos direitos das crianças e adolescentes ao responsabilizar os adultos por suas ações ou omissões.</p> <p>Além disso, discorra acerca da importância dessas medidas na construção de um ambiente familiar saudável e no fortalecimento dos parentes.</p>		

Padrão de Resposta :

O ECA estabelece uma série de medidas pertinentes aos pais e responsáveis, destaca-se a obrigação de zelar pela integridade física, mental e emocional das crianças e adolescentes, bem como prover as condições necessárias para seu desenvolvimento. Isso inclui garantir acesso à educação, alimentação, saúde e convívio social adequado. O ECA enfatiza a importância dos pais e responsáveis na garantia dos direitos e no desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes, estabelecendo medidas pertinentes para assegurar a continuidade dessa proteção. A atuação responsável dos adultos é essencial para a construção de um ambiente propício ao crescimento integral das novas gerações e para a promoção do bem-estar familiar e comunitário.

Item 10		Valor: 0,5
<p>No âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as Entidades de Atendimento desempenham um papel relevante na promoção dos direitos e na proteção das crianças e dos adolescentes em situação de vulnerabilidade. Descreva as características e atribuições das Entidades de Atendimento, conforme estabelecido pelo ECA.</p> <p>Em consideração a isso, aborde como essas entidades criaram para a assistência, recuperação e desenvolvimento integral dos jovens em situações de risco, considerando a diversidade de medidas previstas no estatuto.</p> <p>Ademais, explique a importância da atuação das Entidades de Atendimento na construção de um ambiente propício ao bem-estar e ao pleno desenvolvimento da infância e da adolescência.</p>		

Padrão de Resposta:

As Entidades de Atendimento têm atribuições diferenciadas, abrangendo diferentes medidas socioassistenciais e socioeducativas previstas no ECA. Dentre essas medidas, destacam-se os abrigos, que oferecem acolhimento temporário para crianças e adolescentes em situação de risco ou que tiveram seus

direitos violados. Os abrigos visam suprir as necessidades básicas desses jovens, proporcionando-lhes um ambiente seguro e motivado para seu desenvolvimento. Além dos abrigos, as Entidades de Atendimento podem oferecer programas de orientação e apoio às famílias, orientando os vínculos familiares e prevenindo a ocorrência de situações de risco. Essas entidades também podem atuar na reintegração familiar, quando possível, ou no encaminhamento para adoção, sempre buscando garantir o melhor interesse da criança ou adolescente.

Item 11		Valor: 0,5
<p>O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece diretrizes específicas para apuração de infrações administrativas relacionadas às normas de proteção à criança e ao adolescente.</p> <p>Perante o exposto, apresente de forma detalhada como ocorre a apuração dessas infrações de acordo com o ECA, abordando os procedimentos, os órgãos responsáveis e as medidas cabíveis em caso de comprovação da infração.</p> <p>Complementando, discorra sobre a importância desse processo de apuração na promoção da proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes, ressaltando como ele contribui para a construção de um ambiente mais seguro e saudável para essa parcela da população.</p>		

Padrão de Resposta:

A apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente, conforme estabelecido pelo ECA, é um processo essencial para assegurar a aplicação efetiva das diretrizes de proteção e garantia de direitos a essa população vulnerável. A apuração de infrações administrativas, de acordo com o ECA, é realizada por meio dos órgãos de proteção à infância e juventude, como os Conselhos Tutelares. Esses órgãos têm competência para receber denúncias e realizar diligências para verificar a veracidade dos fatos, bem como aplicar medidas cabíveis em caso de comprovação da infração, levando em consideração o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, buscando sempre promover seu bem-estar e desenvolvimento.

Item 12		Valor: 0,5
<p>O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece uma série de medidas pertinentes aos pais e responsáveis, visando garantir a proteção e o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes.</p> <p>Descreva detalhadamente quais são essas medidas, conforme previsto pelo ECA, e explique como cada uma delas busca assegurar a responsabilidade dos adultos na promoção dos direitos e do bem-estar das crianças e adolescentes.</p> <p>E ainda, discorra também sobre a importância dessas medidas na construção de um ambiente familiar saudável e na prevenção de situações de negligência, abuso ou violação de direitos.</p>		

Padrão de Resposta:

Dentre as medidas pertinentes aos pais e responsáveis, destacam-se: Obrigação de zelar pela integridade física, mental e emocional: Os pais e têm a obrigação de garantir que crianças e adolescentes sob sua guarda tenham suas necessidades básicas atendidas, incluindo saúde,

educação, alimentação e moradia. Eles devem proteger esses jovens de qualquer forma de negligência, exploração ou violência. Tais medidas têm como objetivo primordial assegurar a proteção, o bem-estar e o desenvolvimento saudável das crianças e dos adolescentes. Ao promover a responsabilidade e o cuidado por parte dos adultos, essas medidas determinaram a construção de uma base sólida para a formação de cidadãos conscientes, participativos e inseridos em ambientes familiares seguros e acolhedores.